

-----**ACTA 27/2009**-----

-----**Acta da Reunião de 09 de Novembro de 2009**-----

-----Primeira Reunião do Mandato - Artº 61º da Lei nº 169/99, realizada a nove de Novembro de dois mil e nove.-----

-----Aos nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo dez horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Pedi o uso da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício que leu a seguinte intervenção cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "Nesta primeira reunião deste renovado Executivo, quero desejar a quem vai ter responsabilidades operacionais os maiores sucessos, pois disso dependerá o bem-estar de toda a população do Concelho. Felicidades, pois, a quem inicia agora essas tarefas.-----

-----Quero notar que, a partir de hoje, as minhas tomadas de posição serão feitas em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores que represento, o Movimento Independente do Concelho de Almeirim, em contraponto com o passado recente, onde sempre pautei as minhas posições com a minha consciência e em defesa dos supremos interesses do Concelho.-----

-----Faço votos que, neste mandato, sejam respeitados os direitos da oposição, o que nunca sucedeu no mandato anterior.--

-----Faço votos que todos os Requerimentos apresentados sejam respondidos em tempo útil. -----

-----Faço votos que todas as propostas apresentadas sejam agendadas. -----

-----Faço votos para que a legalidade de todos os actos administrativos seja respeitada.-----

-----Faço votos para que, de todas as actividades do Município nos seja dado conhecimento.-----

-----Faço votos, enfim, para que seja cumprida a Lei.-----

-----Este novo Executivo, deveria, teoricamente, merecer da parte do MICA o benefício da dúvida ou algum "estado de graça" inicial, contudo, sabendo da aptência deste presidente da câmara para ignorar todos, até os que de perto consigo vão trabalhar, seremos oposição firme, mas consciente, a partir de hoje. Pautaremos a nossa postura pela defesa da legalidade e na defesa intransigente dos interesses de todos os nossos munícipes.-----

-----Aos que vão iniciar as suas funções nos respectivos pelouros, desejo que sejam críticos e que coloquem acima de tudo, os supremos interesses do Concelho, combatendo os interesses pessoais com que se irão confrontar.-----

-----Quero, também notar que acho um disparate, convocar uma reunião com vinte e três pontos na Ordem de Trabalhos. Recordo que, na prática, temos acesso à documentação na quinta-feira anterior. Trabalhamos nos nossos empregos na quinta e na sexta e só dispomos de sábado e domingo para preparar minimamente esta reunião. Sabemos que não está muito interessado em que tenhamos tempo para estudar os assuntos, mas assim é demais. Algum dos senhores vereadores estudou os dossiers? Tenho sérias dúvidas. Espero que este procedimento não seja para continuar e recordo-lhe que costuma abandonar as reuniões ao fim de três horas, quando lhe convém. -----

-----Nessa lógica esta reunião vai terminar, impreterivelmente, às treze horas.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: "Entendo que a reunião deveria ser pública, vou usar o momento da reunião pública para fazer a minha intervenção. Em concreto, no âmbito

do enquadramento do acolhimento, deveriam ser criadas condições para ser feita uma visita aos serviços da Autarquia. Solicito que me seja entregue a estrutura orgânica da Câmara, a proposta de revisão do PDM, o quadro de pessoal com a sua estrutura e o Regulamento da Zona Industrial."-----

-----O Senhor Presidente disse que a reunião não é pública porque apenas pretende tratar em privado assuntos de carácter interno e acrescentou:" Dos vinte e três itens da Ordem de Trabalhos, nada nos impede que se deliberem os assuntos para os quais haja tempo, contudo, proponho que se discutam hoje os temas que têm que ser presentes à Assembleia Municipal".-----

-----O Executivo concordou.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----NOMEAÇÃO DE VICE-PRESIDENTE - Nos termos do número três do Artigo cinquenta e sete, da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A/ de dois mil e dois, o Senhor Presidente informou que designou para Vice-Presidente, o Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, para o mandato de dois mil e nove/dois mil e treze.-----

-----O Executivo tomou conhecimento. -----

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Nos termos do número um artigo sessenta e cinco da Lei cento e sessenta e nove, noventa e nove com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco A/ de dois mil e dois de onze de Janeiro, no âmbito das competências delegáveis, propõe-se à Câmara que delegue no Presidente as competências previstas naquele artigo.-----

-----Mais se propõe que esta delegação de competências tenha efeito a partir de dois de Novembro de dois mil e nove."-----

-----O Executivo concordou por unanimidade aprovar a delegação de competências proposta.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, fez o seguinte comentário à Ordem de Trabalhos: "À Reunião de Câmara deve vir

uma proposta sobre a qual a Câmara tem que decidir. Essa proposta é subscrita pelo Senhor Presidente que prestará esclarecimentos que a Câmara solicitar. No que refere à proposta agora apresentada, creio que todas as competências deveriam vir bem definidas numa proposta concreta. Solicito que na próxima reunião seja apresentada uma proposta discriminada dessas competências. -----

-----Se é da competência do Presidente designar o Vice Presidente, porque é que vem a reunião" -----

-----O Senhor Presidente referiu que vem a reunião para que fique registado que informou. -----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício afirmou: "Voto favoravelmente porque a proposta está formulada de acordo com a Lei."-----

-----FIXAÇÃO DE VEREADORES A TEMPO INTEIRO E DISTRIBUIÇÃO DE PELOURS - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: -

-----"Nos termos do número dois do artigo cinquenta e oito da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove com a redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco A/ de dois mil e dois de onze de Janeiro, proponho à Câmara que fixe três Vereadores em regime de tempo inteiro para além dos fixados no número um do mesmo artigo.-----

-----São eles:-----

-----Maria Emília Arsénio;-----

-----José Carlos Silva,-----

-----Maria de Fátima Cardoso.-----

-----Se anexa as funções a eles atribuídas.-----

-----Mais se propõe que esta deliberação tenha efeitos a partir de dois de Novembro de dois mil e nove".-----

-----O Senhor Presidente distribuiu por todos os seus pares a proposta de funções a distribuir pelo Executivo, como se indica:-----

-----"Presidente, Representação Municipal, Gestão Financeira - Orçamento - Plano - Conta de Gerência, Obras Municipais, Desporto - (Sandra Isabelinha Adjunta) - Preparação das Reuniões

de Câmara e Assembleia, acompanhamento da Revisão do PDM.-----
-----Pedro Ribeiro, Vice Presidente - Substituição do Presidente
nos seus impedimentos, Ordenamento do Território - DHU- Revisão
do PDM-Sig Ambiente/Energias Alternativas-Ecoleziria/Parques e
Zonas Verdes, Gestão de Pessoal-(Seguros de Pessoal) Elaboração
de Orçamento-Plano-Contas de Gerência, Protecção Civil, Novas
Tecnologias-Pet vinte e um.-----
-----Maria Emília - Imigração; Acção Social; Saúde; Instalações
Municipais-Edifício; Administrativo (Seguros de Edifícios);
Educação-Agrupamento de Escolas de Fazendas-Auxílios
Económicos.-----
-----José Carlos - Festas da Cidade-Pão Vinho e Cª-Realização
das Actividades e Juntas; Gestão da Frota Automóvel-Autocarro
Municipal-Transportes Escolares (Seguros de Viaturas); Trânsito;
Feiras e Mercados-Actividades Económicas; Cultura; Museus;
elementos Históricos; Relação com Instituições Culturais;
Juventude.-----
-----Fátima - Modernização Administrativa; Turismo Publicações;
Brindes e promoção Municipal; Economato; Educação-Agrupamento de
Almeirim (Bolsas de Estudo-Auxílios Económicos, Prémio do Melhor
Aluno).-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que a
distribuição de tarefas está um pouco misturada, a questão da
cultura está dividida entre Vereadores. Acrescentou: "Há cinco
ou seis grandes áreas nas Autarquias, a Financeira, Cultural,
Urbanismo, Desporto, Ensino, obras Municipais e serviços
urbanos. Creio que deveria haver uma definição mais concreta dos
pelouros."-----
-----O Senhor Presidente referiu que desta forma se pretende dar
continuidade ao que já existia. Deu como exemplo as questões do
PDM, onde o Presidente continua a acompanhar toda a actividade,
mas incluiu o Vice Presidente para que exista um planeamento
mais dividido. -----
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou se o Senhor
Vereador Pedro Ribeiro fica com competências delegadas para

gerir o pessoal.-----

-----O Senhor Presidente respondeu afirmativamente.-----

-----O Vereador Francisco Maurício perguntou quem fica com as obras particulares, e quem terá a seu cargo as Execuções Fiscais.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que as obras particulares vão ficar com o Senhor Vice Presidente e que as Execuções Fiscais ficarão com a Vereadora Fátima Pina Cardoso.-----

-----O Vereador Francisco Maurício referiu que a política de educação deve ser comum. Acha uma surpresa que o Senhor Presidente tenha chamado a si a gestão do Desporto. Faz votos que esta gestão seja mais técnica.-----

-----O Senhor Vice Presidente perguntou se o Senhor Vereador quando se refere à questão do Desporto se se estava a referir ao primeiro ano do mandato, ou aos três anos seguintes.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que deveriam vir mais especificadas as competências delegadas nos Vereadores.-----

-----O Senhor Presidente informou que vai explicitar.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou se vai ser entregue essa especificação, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos a favor e a abstenção do Senhor Vereador Aranha Figueiredo, que ditou a seguinte declaração de voto: "Abstenho-me sobre este ponto porque apesar de estar de acordo com a lei, penso que são demasiados Vereadores a tempo inteiro neste Executivo, considerando que para além deles existirá uma nova "Vereadora" do Desporto."-----

-----O Senhor Vereador Francisco fez a seguinte declaração de voto: "Voto favoravelmente porque a proposta está formulada de acordo com a Lei, embora considere que são vereadores a mais a tempo inteiro. Para além disso ainda há que considerar mais uma "vereadora" para o desporto. De facto gente a mais em relação a mandatos anteriores."-----

-----NOMEAÇÃO DA CHEFE DE GABINETE, ADJUNTA E SECRETÁRIO - Nos termos da alínea c) do número um e número quatro da artigo setenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, com a alteração introduzida pela Lei nº cinco-A de dois mil e dois, o Senhor Presidente informou sobre a nomeação da Chefe de Gabinete Rosa Maria Cardoso do Nascimento, da Adjunta Sandra Maria Nazário Bettencourt Isabelinha dos Santos e do Secretário Luís Alberto Ferreira Leitão, para o Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou se não deveria acompanhar a proposta um documento que apresentasse as delegações de competências nos nomeados, conforme estipula o número quatro do artigo setenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove de noventa e nove, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A de dois mil e dois.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não pensa delegar qualquer competência.-----

-----O Executivo tomou conhecimento.-----

-----NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA DO VICE PRESIDENTE E VEREADORES - O Senhor Presidente informou sobre a nomeação da Secretária Carla Maria Galanteiro Costa Gonçalves Esteves pelo Senhor Vereador Pedro Miguel César Ribeiro e a Secretária Cândida Isabel da Conceição Lopes para os restantes Vereadores.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que a Secretária Carla Esteves dá também apoio aos Vereadores sem pelouros (Francisco Maurício e José Manuel Aranha).-----

-----O Executivo tomou conhecimento.-----

-----REGIMENTO DA CAMARA MUNICIPAL - O Senhor Presidente distribuiu por todos os membros do Executivo, o Regimento da Câmara Municipal de Almeirim em vigor.-----

-----O Executivo voltará a tratar do assunto numa próxima reunião.-----

-----REUNIÕES - O Senhor Presidente propôs em cumprimento do artigo sessenta e dois da Lei das Competências, que as Reuniões Ordinárias do Executivo, tenham periodicidade quinzenal, contada a partir da primeira Segunda Feira do mês, com início às quinze horas, sendo Pública a primeira Reunião do mês.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou quais as razões que levaram a não fazer desta uma reunião pública.-----

-----O Senhor Presidente referiu que essa pergunta tanto se pode pôr pela positiva, como pela negativa.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, referiu que sendo a reunião pública, esta tem mais transparência.-----

-----O Senhor Presidente retorquiu que a transparência tanto pode ser por a reunião ser ou não pública, porque as actas são publicadas e todas as pessoas podem ter acesso às mesmas.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que não conhece Câmaras com reuniões sem serem gravadas, e estas reuniões deveriam sê-lo, ou, na elaboração da acta não poderão afinar a correcção da mesma. É muito vantajosa a gravação, para poderem esclarecer eventuais dúvidas.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade definir a periodicidade das reuniões quinzenais, sendo a primeira de cada mês, pública.-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Presidente informou o Executivo dos despachos de deferimento da Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: UVINIFA - Cooperativa Agrícola de Fazendas de Almeirim; Henrique Francisco Pacheco Tomé; António Maria Palma Coelho, todos de dois mil e nove.-----

-----O Senhor Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos na globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências: Pequenos Recantos, Lda; Telmo Manuel Ribeiro Florêncio Oliveira, ambos de dois mil e oito; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Lda; Cátia Alexandra Dias Azevedo Casimiro; Élia Regina Caniço Almeida; Hermenegildo José

Paulino Martins; Leocádia Branco de Almeida Coelho;
Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Lda, todos de
dois mil e nove.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----CLAUSULADO DO CONTRATO PARA ABERTURA DE CREDITO - O Senhor
Presidente apresentou o Clausulado do Contrato de Abertura de
Crédito Prazo Fixo a celebrar com o Banco Espírito Santo, como a
seguir se transcreve:-----

-----"Contrato de Abertura de Crédito a Prazo Fixo. Entre:-----
-----Banco Espírito Santo, S.A., sociedade aberta, pessoa
colectiva número 500852367, com sede na Avenida da Liberdade, nº
195, Lisboa, com o capital social de € 3.499.999.998,00,
registado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o
mesmo número, adiante designado por BES, e, Câmara Municipal de
Almeirim, adiante designado abreviadamente por Município, pessoa
colectiva nº 501273433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080 052
Almeirim, concelho de Almeirim, aqui representado por José
Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, na qualidade de Presidente da
Câmara Municipal com poderes para esta acto, é livremente e de
boa fé , celebrado o presente contrato de abertura de crédito a
Prazo Fixo, que se rege pelos termos constantes das cláusulas
seguintes:-----

-----Cláusula 1ª (Modalidade, Montante e Finalidade).-----

-----1. O BES concede um financiamento ao Município, que o
aceita, até ao montante máximo de 333.805,00 euros (trezentos e
trinta e três, mil oitocentos e cinco euros) sob a forma de
abertura de crédito a prazo fixo, conforme o disposto na
cláusula com a epígrafe "Utilização/Funcionamento";-----

-----2. O funcionamento referido no número anterior destina-se a
ser utilizado pelo Município para o seguinte investimento: -
Construção do Centro Escolar de fazendas de Almeirim.-----

-----Cláusula 2ª (Prazo de Vigência).-----

-----O presente contrato é celebrado pelo prazo global de vinte,
com inicio a partir da data da sua eficácia, em conformidade com

o disposto na cláusula com a epígrafe "Formalidade".-----
-----Cláusula 3ª (Utilização/Funcionamento) -----
-----1. A abertura de crédito far-se-á a partir do início de vigência do presente contrato conforme disposto na cláusula com a epígrafe "Prazo de Vigência", pela disponibilização de crédito, até ao montante estabelecido no número um da cláusula com a epígrafe "Modalidade, Montante e Finalidade", na conta depósito à ordem número 3070 1252 0000, aberta, junto do BES, em nome do município, de ora em diante DESIGNADA POR Conta D/O.-----
-----2. A disponibilização referida no número anterior é efectuada mediante solicitação do município e autorização do BES e deverá ser efectuada num prazo até 36 meses após a data de perfeição do contrato;-----
-----3. A movimentação a débito apenas poderá ser efectuada por transferências, ordenadas por escrito pelo Município para a Conta D.O., e desde que, por força dessa movimentação não se ultrapasse o limite máximo previsto no número um da cláusula com a epígrafe "Modalidade, Montante e Finalidade". A movimentação a crédito será efectuada de acordo com o disposto na cláusula com a epígrafe "Reembolso de Capital".-----
-----Cláusula 4ª (Juros)-----
-----1. O saldo em dívida vence juros, a favor do BES, dia a dia, a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses acrescida de 1,75 pontos percentuais. Para efeitos do presente contrato entende-se por Euribor a taxa resultante do cálculo da média das taxas depósitos interbancários para o prazo indicado denominados em EUROS, oferecidas na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de primeira linha, cotada para depósitos iniciados no "segundo dia útil" TARGET (valor spot), na base ACT/360 e divulgada cerca das 11.00 de Bruxelas. A taxa de juro é fixada no primeiro dia de cada período de contagem contando-se o primeiro período a partir da data referida na Cláusula com a epígrafe "Prazo de Vigência";-----
-----2. Por saldo em dívida entende-se a diferença entre o montante do financiamento já movimentado nos termos do número dois da cláusula com a epígrafe "Utilização/Funcionamento" e o

montante reembolsado;-----

-----3. Os juros serão liquidados em cada período de seis meses e postecipadamente pelo Município, no final de cada período de contagem, contando-se o primeiro a partir da data referida na cláusula com a epígrafe "Prazo de Vigência", através da sua conta de depósitos à ordem;-----

-----4. A taxa de juro anual nominal par o primeiro período de contagem de juros será de 2,76600% correspondente a uma taxa anual efectiva (TAE) de 2,78512%, calculada nos termos do Decreto -Lei nº 220/94, de 23 de Agosto. Para os restantes períodos será determinada com base na fórmula constante do anexo II àquele diploma legal;-----

-----5. Em caso de atraso no pagamento de qualquer importância devida pelo Município em virtude do presente contrato, a taxa de juro referida no número um é acrescida da sobretaxa permitida nos termos da lei;-----

-----Cláusula 5ª (Reembolso de Capital)-----

-----1. O montante do saldo em dívida apurado no termo do período a que se refere o número dois da cláusula com epígrafe "Utilização/Funcionamento", será reembolsado ao BES pelo Município em 34 prestações semestrais fixas de capital vencendo-se a primeira a 42 meses após a data de eficácia do contrato;---

-----2. O Município pode antecipar o reembolso do saldo em dívida parcial ou totalmente mediante pré aviso de 15 dias sem qualquer penalização;-----

-----3. O Município autoriza o BES a, na data referida no número anterior, e sem notificação prévia, a debitar na Conta D.O., que se obriga a ter provisionada para o efeito;-----

-----4. Caso nas datas referidas no número anterior a Conta D.O apresenta saldo em dívida, o BES fica desde já autorizado pelo Município a, sem notificação prévia, e até ao montante desse saldo em dívida, debitar qualquer outra conta de que o Município seja titular ou cotitular junto do BEAS, e que possa, por si só, validamente movimentar.-----

-----Cláusula 6ª (Encargos e Comissões)-----

-----1. Sobre este financiamento não será cobrada qualquer

comissão.-----

-----Cláusula 7ª (Outras Obrigações)-----

-----CONSIGNAÇÃO DE RECEITAS PREVISTAS NA LEI DAS FINANÇAS
LOCAIS-----

-----1. Para garantia do capital, juros e demais encargos do
empréstimo, o Município, em conformidade com o estipulado na Lei
nº2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e demais
alterações efectuadas posteriormente, consigna ao BES as
receitas que lhe cabem no âmbito da referida Lei, designadamente
as correspondentes às dotações a receber do Estado como Fundo
Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.-----

-----2. O BES fica autorizado a receber as verbas consignadas,
directamente ao Estado, até ao limite das importâncias vencidas
e não pagas.-----

-----Cláusula 8ª (Compromissos)-----

-----O Município:-----

-----1. Compromete-se a comunicar de imediato quaisquer
situações ou eventos que possam previsivelmente conduzir ao
incumprimento das suas obrigações nos termos do presente
Contrato;-----

-----2. Compromete-se a fornecer ao BES cópias dos relatórios
anuais e de todos os documentos de prestação de contas do
exercício e respectivos anexos;-----

-----3. Garante, a qualquer momento, que as responsabilidades
actuais o contingentes, assumidas no presente Contrato,
constituem obrigações directas e incondicionais, concorrendo,
pelo menos em igualdade, com todas as outras responsabilidades
presentes ou futuras, actuais e contingentes não garantidas;----

-----Cláusula 9ª (Incumprimento e Vencimento Antecipado)-----

-----1. Ao BES é reconhecido e direito de, independentemente de
interpelação, considerar vencias todas as obrigações decorrentes
deste Contrato para o Município, com a consequente exigibilidade
antecipada do pagamento do montante global da dívida, incluindo
juros remuneratórios e de mora e demais encargos devidos, sem
prejuízo da efectivação de outras responsabilidades a que haja
lugar, sempre que se verifique uma das seguintes

circunstâncias:-----

-----*Se o Município não cumprir integral e pontualmente quaisquer obrigações assumidas neste Contrato, decorridos que sejam quinze dias contados da interpelação a ele efectuada pelo BES para pôr termo ao incumprimento sem que a situação seja regularizada, designadamente, não seja efectuado o pagamento pontual de qualquer prestação de capital, juros remuneratórios e/ou moratórios e/ou comissões ou outros encargos;-----

-----*No caso de inexactidão intencional ou omissão de dados nas contas ou outras informações prestadas nos termos deste Contrato;-----

-----2. O não exercício imediato de qualquer direito do BES, designadamente no que se refere ao vencimento antecipado, uma vez verificado o evento susceptível do accionamento, não obsta nem preclui, o seu ulterior exercício por parte daquele.-----

-----Cláusula 10ª (Disposições Diversas)-----

-----1. Qualquer alteração ao presente contrato terá que ser acordado, põe escrito, entre os Contraentes;-----

-----2. O Município desde já autoriza o BES a ceder os créditos e/ou posição contratual no presente Contrato;-----

-----3. Os títulos das cláusulas do presente contrato têm carácter meramente indicativo, não constituindo parte do respectivo clausulado nem devendo ser levados em consideração para efeitos de interpretação ou integração do Contrato;-----

-----4. A invalidade de alguma das clausulas não importará a invalidade das restantes;-----

-----5. Os Contraentes declaram ter preparado, redigido e celebrado este Contrato com total e recíproca boa fé, correspondendo as respectivas declarações negociais ao sentido pelos mesmos efectivamente pretendido;-----

-----6. Qualquer obrigação de pagamento ou reembolso, designadamente de juros de capital, ao abrigo do presente Contrato, que se vença em dia não útil, deverá ser satisfeita no primeiro dia útil que se seguir;-----

-----7. Todo e qualquer pagamento parcial efectuado pelo Município e aceite pelo BES será imputado, sucessivamente, a

encargos, despesas, comissões, indemnizações, juros de mora, juros remuneratórios e capital, vencidos e juros de mora vincendos;-----

-----8. O Município autoriza o BES a debitar quaisquer contas de depósitos à ordem de que seja titular, bem como proceder à compensação de dividas do Município com quaisquer saldos credores das mesmas, independentemente da verificação dos pressupostos da compensação legal.-----

-----Cláusula 11ª (Domicílio electivo e notificações)-----

-----1. Os Contraentes acordam que, para efeitos de citação judicial, serão utilizados os domicílios indicados no número dois desta cláusula;-----

-----2. Acordam ainda que qualquer comunicação entre si ao abrigo do presente Contrato será efectuada mediante carta registada com aviso de recepção ou fax e dirigidas para: Banco Espírito Santo - Departamento de Municípios e Institucionais Sul B0593 - Avenida da Liberdade, nº 195 - 8º Piso, 1250-142 Lisboa. Município de Almeirim - Rua 5 de Outubro - 2080 052 Almeirim.-

-----Cláusula 12º (Despesas de Contrato)-----

-----São da conta do Município todas as despesas com o presente Contrato, nomeadamente as de natureza fiscal, incluindo as que por lei venham a ser criadas posteriormente à celebração do mesmo e o onerem por força da sua aplicação retroactiva, e bem assim, as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado ou solicitador, que o BES tenha de efectuar para assegurar ou obter o pagamento dos seus créditos.-

-----Cláusula 13º (Foro Competente)-----

-----Para as questões emergentes deste Contrato, fica convencionado o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

-----Cláusula 14º (Formalidades)-----

-----1. A eficácia do presente Contrato fica condicionada ao envio ao BES dos seguintes documentos:-----

-----Certidão ou fotocópia autenticada da parte da acta de sessão em que a Assembleia Municipal autorizou a contratação do empréstimo, indicando, designadamente, o montante e a

finalidade;-----
-----Do acordo do Município ao presente clausulo e decorre da devolução ao BES do duplicado anexo datado e assinado pelo Município.-----
-----Prova de obtenção do visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto da Lei nº 98/97 de 26 de Agosto.-----
-----2. Todos os documentos emanados do Município devem ser assinados e autenticados com o respectivo selo branco;-----
-----3. A data da eficácia do contrato, será a do arquivo do BES de todas as peças contratuais mencionadas no ponto 1. desta cláusula.-----
-----Local - Departamento de Município e Institucionais Sul.-----
-----Posta à votação a aprovação do Clausulado do Contrato acima indicado, foi o mesmo aprovado com cinco votos a favor, da Bancada do PS, o voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício, e a abstenção do Senhor Vereador José Manuel Aranha.--
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra e faço voto de vencido em consonância com todas as minhas posições tomadas anteriormente. O Grupo de Cidadãos que represento, vota contra e faz voto de vencido em todas as matérias referentes ao Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, pelos motivos sobejamente conhecidos."-----
-----O Senhor Aranha Figueiredo, ditou a seguinte declaração de voto:"Não querendo pôr em causa a construção do Centro Escolar, a minha abstenção resulta do facto de estar em desacordo com a forma como o processo foi desenvolvido, que levou a uma localização menos apropriada, para um equipamento deste tipo".--

-----PROTOCOLOS RELATIVOS AOS RSU'S E UTILIZAÇÃO DE MAQUINAS A CELEBRAR COM A EMPRESA ÁGUAS DO RIBATEJO - O Senhor Presidente apresentou a minuta dos dois Protocolos acima indicados, a celebrar com a Empresa Águas do Ribatejo, como a seguir se indica:" PROTOCOLO Entre:-----
1º - MUNICÍPIO DE Almeirim, pessoa colectiva n.º 501273433, com sede em R. 5 de Outubro 2080-052 ALMEIRIM, aqui representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Joaquim

Gameiro de Sousa Gomes, com poderes para o acto, conforme o disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE,-----

E-----

2ª - AR Águas do Ribatejo, EIM, pessoa colectiva n.º 508345464, com sede em Quinta das Cegonhas, Santarém, aqui representada pelo Senhor Vogal do Conselho de Administração, António José Ganhão, com poderes para o acto, conforme deliberação do Conselho de Administração tomada na reunião realizada a 04/09/2009, adiante designada por SEGUNDA OUTORGANTE-----

Considerando que:-----

A - O serviço de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos (adiante designados RSU) no Município de Almeirim é da responsabilidade do PRIMEIRO OUTORGANTE;-----

B - A tarifa praticada para esse serviço varia em função do valor consumido de água e saneamento num determinado mês;-----

C - A facturação dos consumos de água e saneamento passou a ser da responsabilidade da SEGUNDA OUTORGANTE a partir do mês de Maio, passando então esta entidade a estar na posse dos elementos necessários para proceder à facturação dos serviços referidos em A;-----

D - Ambos os outorgantes têm a legítima preocupação de defender os interesses dos Munícipes, pelo que pretendem evitar uma duplicação da facturação, com todos os custos inerentes a esta situação que, em última análise, teriam de ser reflectidos no Município;-----

E - A responsabilidade pela prestação do serviço referido em A continuará a ser do PRIMEIRO OUTORGANTE;-----

CLÁUSULA PRIMEIRA - (Objecto)-----

1. O presente Protocolo tem como objecto regular o processo de intermediação em que a SEGUNDA OUTORGANTE efectuará, a título gratuito, para o PRIMEIRO OUTORGANTE, a facturação e cobrança das tarifas referentes aos RSU do Município de Almeirim.-----

CLÁUSULA SEGUNDA - (Forma)-----

1. Mensalmente, a SEGUNDA OUTORGANTE facturará ao consumidor final a tarifa de RSU devida, com a indicação expressa (na factura) de o fazer em nome de terceiros (neste caso do PRIMEIRO OUTORGANTE).-----
 2. A SEGUNDA OUTORGANTE ficará também responsável pela cobrança da facturação referida no número anterior.-----
 3. A SEGUNDA OUTORGANTE deverá, até ao final do mês seguinte à cobrança da facturação, informar o PRIMEIRO OUTORGANTE de qual o montante efectivamente cobrado (no que se refere à tarifa de RSU) e proceder à transferência desse montante para o PRIMEIRO OUTORGANTE, através de transferência bancária, para a conta a indicar posteriormente por este.-----
 4. A SEGUNDA OUTORGANTE, disponibilizará sempre que necessário, os documentos de liquidação e cobrança.-----
 5. Anualmente, até ao dia 15 de Janeiro, será remetido pela SEGUNDA OUTORGANTE ao PRIMEIRO OUTORGANTE documento discriminado do qual conste o valor das tarifas liquidadas e não cobradas.
 6. A SEGUNDA OUTORGANTE remeterá igualmente, nos prazos previstos no CPPT e na demais legislação aplicável, certidão de dívida dos valores que não forem cobrados.-----
 7. O processo de execução fiscal será da integral responsabilidade do PRIMEIRO OUTORGANTE.-----
 8. Fica acordado que as acções serão levadas a cabo pela SEGUNDA OUTORGANTE, a título gratuito, não envolvendo portanto quaisquer custos para o PRIMEIRO OUTORGANTE.-----
- CLÁUSULA TERCEIRA - (Duração)-----
- O presente Protocolo não tem prazo máximo de vigência, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, apenas mediante aviso prévio de noventa dias, pelo PRIMEIRO ou pela SEGUNDA OUTORGANTES.-----
- CLÁUSULA QUARTA - (Entrada em vigor)-----
- O presente Protocolo produz efeitos retroagidos a partir do dia 1 de Maio. De 2009.-----
- CLÁUSULA QUINTA - (Vias e Anexos)-----
- O presente Acordo é celebrado em duas Vias.-----
- Almeirim, onze de Novembro de dois mil e nove. - O PRIMEIRO OUTORGANTE"-----

"PROTOCOLO-----

Entre:-----

1º - Município de Almeirim, pessoa colectiva n.º 501273433 com sede em R. 5 de Outubro, 2080-052 ALMEIRIM, aqui representado pelo Sr. José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, na qualidade de Presidente, com poderes para o acto,-----

E-----

2ª - AR - Águas do Ribatejo, EIM pessoa colectiva n.º 508345464, com sede em Centro Nacional de Exposições, Quinta das Cegonhas, 2000-471 Santarém, aqui representada pelo Senhor Vogal do Conselho de Administração, António José Ganhão, com poderes para o acto, conforme deliberação datada de quatro de Setembro de dois mil e nove.-----

Considerando que:-----

1. A AR - Águas do Ribatejo EIM assumiu, desde o dia 1 de Maio de 2009, a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais dos Concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos, ao abrigo dos Contratos de Gestão celebrados em Agosto de 2008.----

2. No âmbito do regime de gestão e exploração a AR - Águas do Ribatejo EIM obriga-se a assegurar o regular, contínuo e eficiente fornecimento de água para consumo público e recolha e tratamento e deposição final das águas residuais.-----

3. A AR - Águas do Ribatejo EIM encontra-se em fase de início da actividade, desenvolvendo os procedimento de contratação para o fornecimento de viaturas destinadas a assegurar a deslocação das equipas, técnicos e operadores repensáveis pela exploração dos sistemas.-----

4. Durante este processo de transição deverá ser assegurada a continuidade de fornecimento dos serviços de água e saneamento aos Municípios, de forma a que não ocorram quebras de continuidade e qualidade do serviço.-----

5. A Câmara Municipal de Almeirim manifesta a sua disponibilidade para que as viaturas afectas à actividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento

possam continuar a ser utilizadas pela AR - Águas do Ribatejo EIM, no âmbito do contrato de gestão celebrado entre as partes.-

Assim se rege este Protocolo pelas Cláusulas seguintes:-----

Cláusula 1.^a - Objecto-----

O presente Protocolo visa estabelecer os termos e as condições em que o Município de Almeirim cede temporariamente para utilização à AR as viaturas Bedford Pick-up, com matrícula SD-58-40, Datsun Pick-up com matrícula 73-92-AB, Renault 4L com matrícula PC-21- 41, Renault 4L com matrícula SG-99-81, Mitsubishi Carrinha 3.500 kgs com matrícula 35-33-GC e o motociclo Yamaha NEOF 50 com matrícula 82-FI-54.-----

Cláusula 2.^a - Âmbito e Finalidade da cedência-----

A(s) viatura(s) referida(s) na Cláusula 1.^a destina(m)-se a assegurar o cumprimento dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do Concelho de Almeirim.-----

Cláusula 3.^a - Encargos-----

Os encargos decorrentes da utilização da(s) viatura(s), nomeadamente combustíveis, manutenção (revisões, pneus, etc.), seguros, inspecção periódica e outras despesas são da responsabilidade do beneficiário dessa utilização, neste caso a AR - Águas do Ribatejo E.I.M..-----

Cláusula 4.^a - Obrigações das partes-----

1 - O Município de Almeirim compromete-se a respeitar a cedência prevista no presente Protocolo, desde que sejam respeitadas pela AR as condições estabelecidas no mesmo. Caso não sejam respeitadas as obrigações da AR previstas no número seguinte, o Município reserva-se o direito de denunciar automaticamente este Protocolo e solicitar a devolução da(s) viatura(s) cedida(s) neste âmbito.-----

2 - A AR fica obrigada à boa utilização e conservação da(s) viatura(s), sendo responsável por zelar pelo bom estado da(s) mesma(s). Fica também obrigada a respeitar os usos previstos na Cláusula 2.^a do presente Protocolo.-----

Cláusula 5.^a - Vigência do Protocolo-----

O Protocolo vigorará por períodos de 1 mês a contar da data da sua assinatura, período esse que será renovável automaticamente

por iguais períodos se nenhuma das partes o denunciar, através de carta registada com aviso de recepção dirigida à outra parte, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis em relação à data do seu termo.-----

O presente Protocolo é efectuado em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar devidamente assinado e autenticado.--

Almeirim, onze de Novembro de dois mil e nove.-----

O Presidente da Câmara Municipal de Almeirim.-----

O Vogal do Conselho de Administração da AR."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu:"Isto deveria ser dividido em duas minutas diferentes".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, perguntou se já é pratica corrente virem mencionados os Resíduos Sólidos Urbanos na factura da água. Acrescentou que no seu entender, é uma irregularidade, as Águas do Ribatejo incluírem a cobrança da taxa de RSU, sem que tivesse sido deliberado pela Câmara.-----

-----O Senhor Presidente informou, que em relação às viaturas neste momento há um excedente daquelas que estavam ao serviço das águas da Autarquia, uma vez que este serviço passou a ser feito pela Empresa.-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que neste momento está ao serviço das Águas do Ribatejo, a máquina de desentupir os esgotos, mas quando a Empresa estiver munida daquele instrumento, esta regressará à Autarquia.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou qual a utilidade que a máquina vai ter, nos Serviços Autárquicos. -----

-----O Senhor Vice Presidente informou que a Empresa apenas tem intervenções no colector em alta, e nos problemas em habitações, as Águas do Ribatejo não intervêm. E são muitos os problemas em habitações. Além disto, esta também vai ser necessária para os esgotos pluviais.-----

-----O Senhor Vereador Aranha referiu que este património é de desgaste rápido e que a Câmara está a perder dinheiro. Era preferível um processo de alienação plena, porque assim a Câmara está claramente a perder dinheiro com isso.-----

-----Postas separadamente a votação as minutas de Protocolo, foi a minuta relativa à Utilização de Máquinas, a celebrar com a Empresa Águas do Ribatejo, aprovada por maioria, com cinco votos a favor da Bancada do PS, e dois votos contra dos Senhores Vereadores Francisco Maurício e José Manuel Aranha, que ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra este protocolo, porque considero que a Câmara está a alienar definitivamente um património sem receber qualquer contrapartida."-----

-----Posta à votação a minuta de Protocolo a celebrar com as Águas do Ribatejo, relativa aos Resíduos Sólidos Urbanos, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto, da qual me deu cópia e a seguir transcrevo:-

-----"Em relação à proposta relativa à cedência de viaturas e maquinaria às Águas do Ribatejo, voto contra e faço voto de vencido porque esta empresa está a lesar fortemente a população do Concelho. A integração inicial do património sem qualquer contrapartida, o escandaloso quantitativo que é cobrado a todos os munícipes desde a sua entrada em vigor e o mau serviço de assistência prestado, justificam, isso sim que seja repensada a sua continuação. Do meu ponto de vista o Município não pode, nem deve assumir esta obrigação com essa empresa. Para mim é impensável ceder mais meios da autarquia neste contexto.-----

-----Em relação, à transferência de verbas das taxas de RSU, cobradas pela Águas do Ribatejo para o Município, voto favoravelmente, por motivos óbvios."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Votei a favor dos dois Protocolos, porque o segundo é indispensável ao recebimento de verbas por parte do Município, e o primeiro se trata da cedência de máquinas e viaturas que a Câmara venha a considerar dispensáveis à Empresa Águas do Ribatejo, Empresa esta que está a prestar um serviço inestimável à população de Almeirim. Vejamos, o avultado investimento que está em curso no nosso Concelho, como exemplo, temos o Protocolo entre a Administração Regional da Hidráulica para reabilitação do sistema de recolha e tratamento de águas residuais domésticas

de Almeirim e Alpiarça, que prevê um investimento de quatro vírgula cinco milhões de euros, para além das estações de tratamento em reconstrução e das redes de Paço dos Negros e Foros de Benfica, que rondam um investimento semelhante."-----

-----O Senhor Vice Presidente subscreve as palavras do Senhor Presidente.-----

-----CONSOLIDAÇÃO DE DIQUES NO VALE DO TEJO COM INCIDÊNCIA NO CONCELHO DE ALMEIRIM - o Senhor Presidente apresentou para ratificação a minuta do protocolo que a seguir se transcreve: --

-----"REABILITAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DIQUES DO VALE DO TEJO - Acordo de Colaboração entre a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. e o Município de Almeirim.-----

-----Considerando que:-----

-----A Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água), criou e o Decreto-Lei nº 208/2007, de 29 de Maio, implementou as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH), instituições que, a nível da região hidrográfica, prosseguem atribuições no domínio da protecção e valorização das componentes ambientais das águas, competindo-lhes, nos termos da alínea h), do nº 6, do artigo 9º da referida Lei, promover a requalificação dos recursos hídricos;-----

-----Compete às Câmaras Municipais, nos termos da alínea h), do nº 2, do artigo 64º, do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades de administração central;-----

-----Os diques do Vale do Tejo são infra estruturas da maior importância na sistematização fluvial do rio, no ordenamento hidráulico do escoamento dos caudais de cheia, no controlo da erosão dos solos agrícolas, e, prioritariamente, na salvaguarda de pessoas e bens dos aglomerados urbanos localizados nas áreas inundáveis;-----

-----O traçado dos diques podem proporcionar circuitos de lazer e fruição da natureza por parte das populações, nomeadamente na forma de percursos pedonais ou ciclovias, para além de suporte

indispensável às operações de protecção civil na da evacuação de pessoas e bens durante as cheias;-----

-----Para a concretização destes objectivos há necessidade no Concelho de Almeirim de se proceder à reabilitação e consolidação do Dique da Tapada e do Dique da Courela;-----

-----O Programa Operacional do Alentejo apoia candidaturas para investimentos da natureza do projecto a desenvolver pelas partes; e, -----

-----As candidaturas a submeter a concurso tem como entidades beneficiárias serviços e organismos do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.-----

-----Assim, é celebrado o presente Acordo de Colaboração, adiante designado abreviadamente por Acordo,-----

-----Entre:-----

-----A Administração de Região Hidrográfica do Tejo, I.P., abreviadamente designada por ARH do Tejo, I.P., com sede na Rua Braamcamp, nº 7, 1250-048 Lisboa, aqui representada pelo seu Presidente, Engenheiro Manuel Lacerda, nomeado por despacho nº 25248/2008, publicado no Diário da República nº 197, II Série, parte C, de 10 de Outubro de 2008, cujos poderes de representação lhe foram conferidos nos termos do nº 1, do artigo 5º, do Decreto Lei nº 208/2007, de 29 de Maio, como primeiro Outorgante; e-----

-----O Município de Almeirim, com sede em..., representada neste acto pelo Presidente da Câmara Municipal,...., nos termos do nº 1 do artigo 57º e 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, como segundo Outorgante;-----

-----o qual se rege pela legislação aplicável e pelas seguintes cláusulas:-----

-----Cláusula 1ª (Objecto)-----

-----O presente acordo tem por objecto a execução do projecto de reabilitação e consolidação, bem como as obras de manutenção, dos seguintes diques:-----

-----a) Dique da Tapada-----

-----b) Dique da Courela-----

-----Cláusula 2ª (Obrigações da ARH do Tejo, I.P.)-----

-----1. As acções a desenvolver no âmbito do presente Acordo a cargo da ARH do Tejo, I.P., são as seguintes:-----

-----a) Elaboração dos estudos e projectos de engenharia-----

-----b) Elaboração da Candidatura do Projecto ao Programa Operacional Regional do Alentejo-----

-----c) Lançamento dos concursos para as empreitadas de execução das obras-----

-----d) Execução das obras-----

-----e) Fiscalização-----

-----2. A ARH do Tejo, I.P. compromete-se a lançar o concurso para a execução das empreitadas, logo que a candidatura objecto do presente acordo obtenha a necessária aprovação, bem como a assegurar a coordenação e acompanhamento da implementação do projecto.-----

-----Cláusula 3ª (Obrigações da Câmara Municipal de Almeirim)-----

-----As acções a desenvolver no âmbito do presente Acordo a cargo da Câmara Municipal de Almeirim, são as seguintes:-----

-----a) Manutenção corrente de diques que constam da Cláusula 1ª após a realização das obras de reabilitação e consolidação dos diques-----

-----b) A instalação de equipamento e sinalética de fruição e lazer ao longo dos diques, segundo os projectos paisagísticos por desenvolvidos e financiados-----

-----c) Acompanhar todas as acções a desenvolver pela ARH do Tejo, I.P.-----

-----Cláusula 4ª (Investimento)-----

-----O valor estimado de investimento total para a execução das acções previstas é de €585.600 (quinhentos e oitenta e cinco mil e seiscentos euros).-----

-----Cláusula 5ª (Financiamento)-----

-----1. A execução das obras objecto do presente Acordo é financiada pela ARH do Tejo, I.P., e por fundos a obter através do Programa Operacional do Alentejo.-----

-----2. A ARH do Tejo, I.P. compromete-se a financiar a componente nacional do investimento.-----

-----Cláusula 6ª (Vigência)-----

-----O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura e é válido até 31 de Dezembro de 2011, a contar da data da sua celebração, podendo as partes aceitar, por comum acordo, a sua prorrogação por um prazo a estabelecer, até à conclusão das obras nele prevista.-----

-----Cláusula 7ª (Dotação Orçamental)-----

-----A verba a despendar pela Administração Central será inscrita no Orçamento da ARH do Tejo, I.P., que assegurará a participação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do Acordo."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou em que data foi assinado este protocolo.-----

-----O Senhor Presidente informou que foi antes de onze de Outubro do corrente ano.-----

-----O Protocolo foi aprovado por unanimidade.-----

-----PROTOCOLO ENTRE A ARH, CAMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA, ÁGUAS DO RIBATEJO E CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou para ratificação o Protocolo entre a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Câmara Municipal de Alpiarça, Águas do Ribatejo e Câmara Municipal de Almeirim, para reabilitação dos sistema de recolha e tratamento de águas residuais domésticas de Almeirim e Alpiarça, como a seguir se indica:-----

-----"PROTOCOLO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRAFICA DO TEJO, I.P. (ARH DO TEJO, I.P.), A CAMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA (CM DE ALPIARÇA) A CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM (CM DE ALMEIRIM) E A AR - AGUAS DO RIBATEJO, E.I.M.-----

-----O Sistema de Tratamento de Aguas Residuais de Almeirim/Alpiarça, que procede à recolha, drenagem, elevação e tratamento de águas residuais urbanas dos Concelhos de Almeirim e Alpiarça, é composto pelas seguintes componentes principais:--

-----a) sistema unitário de recolha, drenagem e elevação de águas residuais domésticas e industriais com:-----

-----*48 Km de rede de colectores distribuídos pela rede de Fazendas de Almeirim e Frade de Cima, Almeirim e Alpiarça;-----

-----*10 estações elevatórias em baixa (EE São Roque, EE Largo

General Guerra, EE Zona Norte, EE Frade de Baixo Alta, EE Intermunicipal, EE de Alpiarça, EE Rua Ricardo Durão e EE das Piscinas e EE Frade de Baixo no concelho de Alpiarça, e EE de Fazendas de Almeirim no concelho de Almeirim);-----
-----*2 grandes emissários gravíticos com cerca de 2,5 Km;-----
-----*6 condutas elevatórias com 5,2 Km, e-----
-----b) uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR), com tratamento secundário constituído por duas lagoas anaeróbicas, duas lagoas facultativas e uma lagoa de maturação, com ponto de descarga na Ribeira da Gouxá, afluente à Vala de Alpiarça.-----
-----O sistema tem cerca de 10 anos de exploração com tecnologias de tratamento, tanto na ETAR como no tratamento preliminar efectuado à cabeça das Estações Elevatórias, que face às alterações legislativas dos últimos anos relativas às descargas em meios sensíveis, apresentam algumas carências graves para o cumprimento dos normativos legais, com as eventuais consequências para o ambiente onde está inserido, que urge resolver, destacando-se seguidamente as principais:-----
-----1. Existência de zona urbana em Fazendas de Almeirim não servida pela rede de colectores;-----
-----2. Afluência indevida de caudal pluvial nas redes de colectores;-----
-----3. Inexistência de regulamentação para as descargas de águas residuais industriais nos colectores;-----
-----4. Idade e obsolescência do equipamento electromecânico das Estações Elevatórias;-----
-----5. Inadequada tecnologia da ETAR face aos actuais critérios de qualidade das descargas impostos na legislação.-----
-----Consciente do problema ambiental que a não resolução destes problemas acarreta para a qualidade de vida na região, linhas de água, incluindo a Vala de Alpiarça, aquíferos e ambiente no seu todo, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. (ARH do Tejo, I.P.), a Câmara Municipal de Alpiarça, a Câmara Municipal de Almeirim e a AR - Águas do Ribatejo, E.I.M. decidiram promover, de forma coordenada, um conjunto de acções que, de um modo efectivo, possam contribuir para a solução desta

situação.-----
-----Assim,-----
-----Considerando garantida a vontade expressa de todos os intervenientes no sentido de contribuírem para a resolução dos problemas ambientais gerados pelo deficiente funcionamento do sistema de recolha e tratamento de águas residuais domésticas de Almeirim/Alpiarça;-----
-----Considerando o risco que a actual situação envolve para os recursos hídricos da região, superficiais e subterrâneos e a necessidade de protecção dos mesmos;-----
-----Considerando, finalmente, as responsabilidades e competências de todos os intervenientes, seja como administração de recursos hídricos seja como detentores e gestores do sistema.-----
-----É assinado o presente protocolo entre:-----
-----A Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., adiante designada por ARH do Tejo I.P., como primeira outorgante, para o efeito representada pelo seu presidente, Engenheiro Manuel Lacerda;-----
-----A Câmara Municipal de Alpiarça, adiante designada do CM de Alpiarça, como segunda outorgante para o efeito representada pela sua presidente, Dr^a Vanda Nunes;-----
-----A Câmara Municipal de Almeirim, adiante designada por CM de Almeirim, como terceira outorgante para o efeito representada pelo seu presidente, Dr. José de Sousa Gomes,-----
-----A AR - Águas do Ribatejo, E.I.M., como quarta outorgante, representada pelo Sr. António José Ganhão.-----
-----que se rege pelas seguintes cláusulas:-----
-----Cláusula Primeira (Objectivo)-----
-----O presente Protocolo tem por objectivo a reabilitação do sistema de recolha e tratamento de águas residuais domésticas de Almeirim e Alpiarça, designadamente, através da realização das seguintes intervenções:-----
-----1. Reabilitação/Ampliação do sistema de colectores;-----
-----2. Reabilitação/Construção das estações elevatórias;-----
-----3. Reabilitação da ETAR de Almeirim/Alpiarça;-----

-----4. Configuração e implementação de um plano de fiscalização e monitorização da qualidade das descargas da ETAR e da água residual afluente às Estações Elevatórias;-----

-----5. Configuração e implementação de um plano de vigilância e monitorização da Qualidade da Água da Vala de Alpiarça; e,-----

-----6. Elaboração do Regulamento Municipal de Descarga de Efluentes.-----

-----Cláusula Segunda (Acções a Desenvolver)-----

-----Para as acções a desenvolver no âmbito do presente Protocolo o valor estimado de investimento total é de € 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil euros). Foram já aprovadas 2 candidaturas referentes às intervenções, tendo sido obtido financiamento de cerca de € 2.200.000 (dois milhões e duzentos mil euros) através do Fundo de Coesão II e € 900.000 (novecentos mil euros) através do POVT/QREN.-----

-----Cláusula Terceira (Responsabilidades do ARH do Tejo, I.P.--

-----1. A ARH do Tejo, I.P. compromete-se a interagir no sentido da cabal prossecução dos objectivos do presente protocolo; em particular, a ARH do Tejo, I.P. partilhará o conhecimento e informação técnica disponível sobre a concepção e execução do actual sistema.-----

-----2. A ARH do Tejo, I.P. compromete-se a acompanhar e a validar todas as soluções técnicas e projectos propostos.-----

-----3. A ARH do Tejo, I.P. compromete-se a acompanhar da execução das empreitadas.-----

-----4. A ARH do Tejo, I.P. compromete-se ainda a colaborar na definição das melhores soluções técnicas para atingir os objectivos ambientais definidos para o meio receptor.-----

-----5. A ARH do Tejo, I.P. compromete-se a participar na revisão do Regulamento Municipal de Descarga de Efluentes.-----

-----Cláusula quarta (Responsabilidades da CM Alpiarça e da CM Almeirim)-----

-----1. A CM de Alpiarça e a CM de Almeirim comprometem-se a disponibilizar em tempo útil toda a informação existente nos seus serviços relativa ao sistema objecto deste protocolo.-----

-----2. A CM de Alpiarça e a CM de Almeirim comprometem-se a

colaborar nos trabalhos de inventário e reconhecimento de campo necessários à boa prossecução do objectivo deste protocolo, disponibilizando para tal os meios humanos e materiais que forem eventualmente necessários.-----

-----3. A CM de Alpiarça e a CM de Almeirim comprometem-se a reforçar as acções de fiscalização que se mostrarem convenientes na sequência do presente protocolo.-----

-----Cláusula quinta (Responsabilidades das Águas do Ribatejo, S.A.)-----

-----1. A AR - Águas do Ribatejo, E.I.M. compromete-se a elaborar todos os projectos necessários à boa concretização do objectivo definido neste protocolo.-----

-----2. A AR - Águas do Ribatejo, E.I.M. compromete-se a garantir os financiamentos que possibilitem a execução das intervenções definidas no âmbito deste protocolo.-----

-----3. A AR - Águas do Ribatejo, E.I.M. compromete-se a lançar os concursos para as empreitadas de execução das obras, bem como a assegurar a coordenação e acompanhamento da implementação das diferentes empreitadas.-----

-----4. A AR - Águas do Ribatejo, E.I.M. compromete-se ainda a assegurar, em articulação a ARH do Tejo, I.P. e com a CM de Alpiarça e a CM de Almeirim, a elaboração e posteriores revisões do Regulamento Municipal de Descarga de Efluentes.-----

-----Tendo em conta:-----

-----a) as novas condições técnicas que decorrerão das acções de requalificação da rede de colectores e da ETAR;-----

-----b) a necessidade de garantir as boas condições de funcionamento e conservação do sistema de drenagem e tratamento;-----

-----c) a necessidade de aplicação de um modelo tarifário sustentado no princípio do poluidor-pagador;-----

-----d) a necessidade de aplicação de um regime sancionatório eficaz;-----

-----e) a necessidade de garantir a qualidade do meio hídrico, do ambiente e da saúde pública.-----

-----5. A AR - Águas do Ribatejo, E.I.M. compromete-se a

assegurar a execução do plano de monitorização da qualidade da água da Vala de Alpiarça.-----

-----6. A AR - Águas do Ribatejo, E.I.M. compromete-se ainda a assegurar a execução das intervenções do presente protocolo até 31 de Dezembro de 2012.-----

-----Cláusula sexta (Coordenação das Actividades)-----

-----Cabe à ARH do Tejo, I.P. a coordenação das actividades decorrentes do presente Protocolo, nomeadamente as que concernem à verificação do seu cumprimento.-----

-----As Partes deverão reunir com a periodicidade adequada bem como produzir um relatório de progresso semestral relativo ao andamento dos trabalhos.-----

-----Cláusula sétima (Vigência)-----

-----O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e é válido por 2 (dois) anos, a contar da data da sua celebração, podendo as Partes aceitar, por comum acordo, a sua prorrogação por um prazo a estabelecer, até à conclusão das obras nele previstas".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que estes Protocolos deveriam ser copiados para uma proposta porque quem tem competência é o Senhor Presidente e tem que haver uma proposta formal de alguém, apresentada em papel timbrado".-----

-----O mesmo Vereador disse que só é possível tratar os efluentes se a Câmara der o exemplo, e acrescentou: "Eu não tenho condições para avaliar a dimensão do problema, mas é evidente a sua gravidade e tudo leva a crer que grande quantidade das águas residuais sejam despejadas sem qualquer tratamento. Vou aprovar o protocolo no pressuposto de que a Câmara através da Administração Regional vai resolver o problema. À ETAR estão a chegar muitas águas pluviais. É necessário resolver o problema e deveria haver a obrigatoriedade de serem publicadas as análises da água. Eu não acredito que o problema fique resolvido."-----

-----O Senhor Presidente informou que a ETAR foi concedida com uma grande margem e não havia esgotos pluviais. Houve um grande excesso de caudais a entrar naquela conduta, que apresentava

muitas infiltrações. Neste momento estão a rever todo o sistema de recolha de águas residuais de forma a poder tratar-se convenientemente o problema. O sistema de São Roque está a ser reformulado e este projecto pretende ter intervenção no problema entre Almeirim/Alpiarça.-----

-----Posto à votação a ratificação do Protocolo, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor no pressuposto de que esta intervenção vai resolver o problema que considero muito importante para a saúde do Concelho."-----

-----TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA EM FOROS DE BENFICA - O Senhor Presidente apresentou oralmente a proposta da PREDIALMEIRIM para venda de lote em Foros de Benfica, à Câmara. Referiu que a intenção da Autarquia era fazer uma casa mortuária em Foros de Benfica, num local perto do cemitério, mas integrado na população. Fez o historial do assunto e contou: "A Predialmeirim propôs fazer um loteamento em Foros de Benfica e na altura tinha que ceder duzentos e cinquenta e dois metros quadrados à Autarquia. Fez-se uma proposta para ele conseguir um terreno. Vem propor agora que a Câmara adquira um lote com quinhentos e vinte e nove metros quadrados e cinquenta e seis centímetros quadrados e que a este terreno sejam retirados os duzentos e cinquenta e dois metros quadrados, pagando a Câmara a diferença de duzentos e setenta e sete metros quadrados e cinquenta e seis centímetros quadrados, para a instalação da casa mortuária. O proponente fez uma proposta verbal de quinze mil euros pelo valor a pagar do terreno excedente."-----

-----De referir que o processo esteve para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que a implantação de uma casa mortuária ao lado de um empreendimento implica a não venda dos restantes lotes. Na sua opinião ele pagava em dinheiro a não cedência. Quanto à localização do terreno para a construção da casa mortuária, deveria procurar-se

um mais inócuo.-----
-----O assunto voltará a uma próxima reunião.-----

-----TAXA DO IMI - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----
----- "IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS - Aplicação em dois mil e dez.-----
-----Com base na faculdade que é concedida na alínea a) do número seis dos artigo sessenta e quatro da lei cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, republicada pela lei cinco A/ de dois mil e dois de onze de Janeiro, com respeito pela alínea a) do artigo dez da lei número dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro de dois mil e sete, com recurso ao Decreto lei número duzentos e oitenta e sete de dois mil e três de doze de Novembro e suas alterações nomeadamente, lei número seis de dois mil e seis de vinte e sete de Fevereiro, lei número vinte e um de dois mil e seis de vinte e três de Junho e lei cinquenta e três A de dois mil e seis de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis:-
-----Se propõe à Assembleia Municipal que aprove as seguintes taxas para vigorar em dois mil e dez:-----
-----Segundo a alínea a)do número um do artigo cento e doze - Prédios rústicos - zero vírgula oito por cento.-----
-----Segundo a alínea b) do número um do artigo cento e doze - Prédios urbanos - zero vírgula sete por cento.-----
-----Segundo a alínea c) do número um do artigo cento e doze - Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - zero vírgula quatro por cento.-----
-----Observações: (Taxa igual ou inferior a dezanove dos vinte e um Concelhos do Distrito.-----
-----Segundo o número oito do artigo cento e doze - para prédios urbanos degradados que após respectivo levantamento se justifique, majoração de trinta por cento;-----
-----Segundo o número nove do artigo cento e doze - majoração de cinquenta por cento.-----
-----Isenções/Reduções: não se propuseram mais reduções, por já estarem contempladas no zonamento para efeitos de avaliação

fornecido pela Câmara às Finanças (coeficiente a aplicar nos critérios de avaliação: zero vírgula seis - zero vírgula sete - zero vírgula oito - zero vírgula nove - um, sendo que zero vírgula nove e um são aplicados só na Cidade de Almeirim).-----

-----Nota: Estas taxas são aplicadas sobre a matéria colectável determinada pelo governo em sede de OE, que contempla reduções.-

-----O Grupo do PS "-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício apresentou uma contra proposta como se indica: "PROPOSTA DOIS MIL E DEZ DE Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)-----

-----De acordo com o estipulado na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A de dois mil e dois de onze de Janeiro de dois mil e dois, no respeito pelo previsto no número cinco e um do artigo cento e doze do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete de dois mil e três - DR número duzentos e sessenta e dois de 12 sw Novembro que aprovou o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis com as alterações da Lei número cinquenta e três-A de dois o, e seis, de vinte e nove de Dezembro, e considerando que existe uma distorção no pagamento do IMI no Concelho, entre os edifícios novos e velhos, que prejudica os jovens no início da vida e todos aqueles que se queiram fixar no Concelho, propõe-se uma redução de cerca de cinquenta por cento, da taxa dos prédios urbanos avaliados nos Termos do CIMI, para o valor de zero virgula vinte por cento.---

-----Propõe-se, pois, a aprovação para deliberação da Assembleia Municipal das seguintes taxas para vigorar em dois mil e dez:---

-----Ao abrigo da alínea a) do número um do prédio rústico - zero virgula oito por cento;-----

-----Ao abrigo da alínea b) do número um - prédios urbanos - taxa de zero virgula sete por cento; -----

-----Ao abrigo da alínea c) do número um - prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - taxa de zero virgula vinte por cento;-----

-----Ao abrigo do número seis - redução de vinte por cento nas

localidades de Marianos, Paço dos Negros e restantes lugares denominados casais adjacentes e estes locais, na Freguesia de Fazendas de Almeirim, Monte da Vinha, Arneiro da Volta e restantes lugares, denominados casais, na Freguesia da Raposa, Foros de Benfica na Freguesia de Benfica e Tapada na Freguesia de Almeirim (como incentivo à reabilitação urbana e combate à desertificação destes locais).-----

-----Ao abrigo do número sete e para todos os prédios urbanos arrendados da área do Município - redução de dez por cento não acumulável com a do número seis;-----

-----Ao abrigo do número oito majoração de trinta por cento para prédios urbanos degradados que, após vistoria confirme tal degradação.-----

-----Ao abrigo do número nove majoração de cinquenta por cento para prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a (euro) vinte por cada prédio abrangido, após vistoria confirme tal degradação"-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo fez a seguinte observação: "O primeiro responsável pela Câmara é o Presidente, o Grupo do PS não subscreve propostas relativas a gestão. As propostas são da competência do Presidente ou dos Vereadores. Nestas circunstâncias o nosso voto vai ser de abstenção."-----

-----Como foram apresentadas duas propostas o Senhor Presidente designou a primeira proposta de proposta A, a proposta apresentada pelo Vereador Francisco Maurício designada de proposta B.-----

-----Posta à votação a proposta A, foi a mesma aprovada por maioria com cinco votos a favor da bancada do PS, o voto contra do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----Posta à votação a proposta B, foi a mesma votada com cinco votos contra da bancada do PS, um voto a favor do proponente e uma abstenção do Senhor Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA DOIS MIL E DEZ - O Senhor

Presidente apresentou a seguinte proposta:-----
-----" PROPOSTA PARA PARTICIPAÇÃO NO IRS-----
-----Em cumprimento do número um e dois do artigo vinte da Lei
dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro se propõe ao
Executivo Municipal para posterior aprovação na Assembleia
Municipal a Taxa de quatro por cento como participação do IRS,
em dois mil e dez.-----
-----Esta proposta leva em consideração o facto de já estar
reduzida em relação à taxa máxima permitida por lei (cinco por
cento) mas também o contexto da Região em que os Municípios
estão a aprovar taxas entre os quatro e os cinco por cento.-----
-----O Presidente da Câmara."-----
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício apresentou uma contra
proposta como se indica: "De acordo com o estipulado na alínea
a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei cento e
sessenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro, com as
alterações introduzidas pela Lei cinco-A de dois mil e dois de
onze de Janeiro de dois mil e dois e de acordo com o previsto no
número um e dois do artigo vinte da Lei dois de dois mil e sete
de quinze de Janeiro de dois mil e sete, propõe para deliberação
da Assembleia Municipal uma participação de dois e meio por
cento do IRS, em dois mil e dez."-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que não conhece
a estrutura financeira do Município para se pronunciar se este
valor é muito ou pouco.-----
-----O Senhor Presidente referiu que o Município tem uma
situação financeira estável, mas o facto de ter uma situação
estável não quer dizer que se vá degradar.-----
-----Como foram apresentadas duas propostas, o Senhor Presidente
designou a primeira proposta de proposta A e a proposta
apresentada pelo Vereador Francisco Maurício de proposta B.-----
-----Posta à votação a proposta A, foi a mesma aprovada por
maioria com cinco votos a favor da bancada do PS, o voto contra
do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador Aranha
Figueiredo.-----
-----Posta à votação a proposta B, foi a mesma votada com cinco

votos contra da bancada do PS, um voto a favor do proponente e uma abstenção do Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----DERRAMA - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"PROPOSTA - DERRAMA DOIS MIL E DEZ-----

-----Considerando que a taxa estabelecida no artigo catorze da Lei dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro, é de um vírgula cinco por cento sobre a matéria tributável em (IRC) para dois mil e dez, inferior em quase um por cento à que era permitido praticar anteriormente;-----

-----Considerando que a taxa desta receita Municipal apenas incide sobre as actividades económicas que manifestem lucros;---

-----Considerando que esta receita permite ao Município fazer investimentos úteis no Concelho;-----

-----Propõe-se, que ao abrigo da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A de dois mil e dois de Janeiro, a Assembleia Municipal aprove a taxa de um virgula cinco por cento com as seguintes condições:-----

-----Nos termos do número quatro do artigo catorze da Lei número dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro para os sujeitos passivos com um volume de negócios em dois mil e oito que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, seja aplicada a taxa de um por cento.-----

-----Nota: Esta receita destina-se às seguintes intenções: Pagamento da participação da Câmara na construção do Centro Escolar de Fazendas e nos passeios de Paço dos Negros."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício apresentou uma contra proposta como se indica: "De acordo com o estipulado na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, conjugado com o previsto no artigo catorze

da Lei dois de dois mil e sete de 15 de Janeiro de dois mil e sete, propõe-se para deliberação a aprovação da taxa de derrama de um e meio por cento, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) para o ano de dois mil e dez para toda a área do Município de Almeirim, com as excepções seguintes:-----

----Nos termos do número quarto do artigo catorze da Lei dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro, para os sujeitos passivos com um volume de negócios em dois mil e nove que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euro, com estabelecimentos nas Freguesias de Fazendas de Almeirim, Raposa, Benfica do Ribatejo e Tapada na Freguesia de Almeirim a taxa será fixada em zero virgula setenta e cinco por cento e para os restantes, na mesma situação, na Freguesia de Almeirim a taxa será fixada em um por cento.-----

----Nos termos do número quarto do artigo catorze da Lei dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro, conjugado com o número dois e três do artigo doze, ficam isentos de pagamento de derrama em dois mil e dez, todos os sujeitos passivos que iniciaram a sua actividade em dois mil e nove e o seu volume de negócios, em dois mil e nove, não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros."-----

----Como foram apresentadas duas propostas, o Senhor Presidente designou a primeira proposta de proposta A e a proposta apresentada pelo Vereador Francisco Maurício, de proposta B.----

----Posta à votação a proposta A, foi a mesma aprovada por maioria com seis votos a favor da bancada do PS e do Senhor Vereador José Aranha Figueiredo e o voto contra do Vereador Francisco Maurício.-----

----Posta à votação a proposta B, foi a mesma votada com seis votos contra da bancada do PS e do Senhor Vereador Aranha Figueiredo e o voto a favor do proponente.-----

----ERROS E OMISSÕES NO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

----"De acordo com o número cinco do artigo sessenta e um do

Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D. L. numero dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, conjugado com o artigo numero dezoito do D.L. cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, proponho a não aceitação dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes, relativamente ao concurso para a empreitada de: CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM.-----

-----Estas propostas de erros e omissões foram analisadas tanto pelo projectista como pelo Júri dos procedimentos.-----

-----Assim deverá ser mantido o preço base de quatrocentos e sessenta e cinco mil cento e trinta e um euros e cinquenta e um cêntimos, aprovado em reunião de Câmara de dezasseis de Setembro de dois mil e nove.-----

-----O Presidente da Câmara."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que deveria estar aqui apensa a acta do júri a dizer porque é que não foram aceites os erros e omissões.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos a favor da bancada do PS e do Senhor Vereador Aranha Figueiredo e a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----PROTOCOLO DE ACÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA - O Senhor Presidente apresentou o protocolo de Acção Social e Comunitária, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, relativo ao Programa para a Inclusão e Cidadania, estabelecido ao abrigo do disposto no Despacho Conjunto número novecentos e quarenta e oito/dois mil e três, de vinte e cinco de Agosto e Portaria número quatrocentos e treze de noventa e nove, de oito de Junho, como a seguir se transcreve: "Considerando a necessidade de reforçar as políticas de promoção da inclusão social das crianças e jovens, adoptando as medidas e os instrumentos que se revelem necessários de forma a combater as causas e os processos de origem da exclusão social, numa abordagem essencialmente preventiva;-----

-----Considerando a necessidade de promover respostas dirigidas

a todos os actores e agentes das várias instituições locais e regionais que interagem no desenvolvimento de iniciativas de promoção da inclusão escolar e social de crianças e jovens em risco;-----

-----Considerando a necessidade de promover uma intervenção assente na produção e execução de respostas individualizadas, de natureza social, educativa e formativa, direccionadas a crianças e jovens em situação de risco de exclusão social;-----

-----Considerando as duas vertentes fundamentais do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), a vertente educativa e formativa, centrada no reingresso escolar e na definição de percursos alternativos de educação e formação, visando a escolaridade ou a dupla certificação escolar e profissional, e a vertente de integração, orientada para a despistagem de situações e para a disponibilização de respostas de ordem social e económica, para a inserção em actividades de formação não escolar, de ocupação e desenvolvimento vocacional, de orientação e de desporto escolar; -----

-----Para regulamentar as relações:-----

-----Do Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), representado pela Representante do PIEC na Estrutura de Coordenação Regional do PIEF na Região de Lisboa e Vale do Tejo, Natércia Gaspar Ferreira;-----

-----E Da entidade pública/privada (seleccionar a opção adequada) sem fins lucrativos, com sede social na -----

-----, com o número de identificação fiscal -----, representada por (nome) -----, na qualidade

de Presidente da Direcção, adiante designada por Entidade;-----

-----É celebrado, ao abrigo da Lei, o presente protocolo de acção social e comunitária (adiante designado abreviadamente por Protocolo), que diz respeito ao desenvolvimento de um programa de actividades de interesse social e comunitário (nos domínios cívico, da acção social, da educação, da defesa do património, do ambiente e do consumidor e da integração social, comunitária e escolar, ou em outros de solidariedade social) pela(o) menor (nome)-----, integrado no PIEF de

----- Tipo 1, (cod. -----), regendo-se nos termos das cláusulas seguintes: Cláusula Primeira A Representante do PIEC na Estrutura de Coordenação Regional do PIEF na Região de Lisboa e Vale do Tejo, compromete-se a dar conhecimento deste acordo à/ao menor e ao seu encarregado de educação e, a obter, antes do início das actividades no âmbito deste protocolo, o seu consentimento expresso.-----

Cláusula Segunda - O desenvolvimento do programa de actividades de interesse social e comunitário terá como principal objectivo favorecer a integração e a inclusão social, comunitária e escolar da(o) menor e informá-la(o) acerca das realidades da comunidade local, do funcionamento da Entidade, da especificidade das profissões e das actividades da sociedade em geral, etc.-----

Cláusula Terceira - O programa de actividades de interesse social e comunitário decorrerá nas instalações da Entidade, situadas na Rua-----, em-----, de de 2009 a de 2010, de acordo com o horário semanal do grupo-turma PIEF que decorre na Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de-----, com sede social na -----.

Cláusula Quarta - Durante a duração das actividades, no âmbito do presente protocolo, a/o menor, durante os períodos de permanência na Entidade, encontra-se abrangida(o) pelo seguro escolar, nos termos do Regulamento do Seguro Escolar, publicado em anexo à Portaria nº 413/99, de 8 de Junho.-----

Cláusula Quinta - Durante o desenvolvimento do programa de actividades de interesse social e comunitário a/o menor está sujeita(o) ao cumprimento do regime de funcionamento do PIEF e da Entidade.-----

Cláusula Sexta -Em caso de não cumprimento do regime de funcionamento e das orientações da Equipa Móvel Multidisciplinar do PIEC e da Entidade, os representantes do PIEC e/ou da Entidade têm o direito de rescindir o presente protocolo e de consequentemente pôr fim às actividades desenvolvidas no âmbito do mesmo.-----

Cláusula Sétima - No decorrer do programa de actividades de interesse social e comunitário a/o menor não poderá receber qualquer remuneração da Entidade. No caso da(o) menor sofrer algum acidente, o representante da Entidade compromete-se a informar a Equipa Móvel Multidisciplinar do PIEC e a enviar toda a documentação relativa ao mesmo, no prazo de 24 horas, ao(a) Director(a) da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de-----.

Cláusula Oitava - Os eventuais custos do desenvolvimento do programa de actividades de interesse social e comunitário serão a cargo da Entidade.-----

Cláusula Nona - A/O menor será obrigada(o) a utilizar o itinerário mais curto, entre as instalações da Escola e as instalações da Entidade.-----

Cláusula Décima - O não cumprimento do disposto na Cláusula Nona, determinará em caso de acidente, a responsabilidade da(o) menor e do seu encarregado de educação. A Escola e a Entidade não poderão assumir quaisquer responsabilidades. Lisboa, de de -
A Representante do PIEC na Estrutura de Coordenação Regional do PIEF na Região de Lisboa e Vale do Tejo-----

A/O Encarregada(o) de Educação do menor:-----

A/O Representante da Entidade:"-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que este projecto é destinado a duas turmas da Escola Secundária, com alunos em vias de abandono escolar.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou quantos alunos estão nessas condições.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que são catorze alunos. Referiu que este programa tem parte curricular e simultaneamente podem aprender uma profissão.-----

-----Posto à votação o protocolo de acção social comunitária acima indicado, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----ZONA INDUSTRIAL - Foi presente o requerimento de Marta Maria Marques Duarte Alves, viúva de José Alves Chaves, solicitando certidão do uso de preferência da venda do direito de superfície do lote número trinta e sete da Zona Industrial de

Almeirim.-----
-----Acompanha o requerimento, parecer do Consultor Jurídico, Dr. Vítor Batista que a seguir se transcreve: "A transmissão de lotes na Zona de Actividades Económicas, depende de mero consentimento à Câmara, que tem direito de preferência (artigo catorze do Regulamento de mil novecentos e noventa e um aplicável ao caso).-----
-----Do requerimento não constam as condições da hipotética alienação, pelo que não está a Câmara em posição de exercer o seu direito.-----
-----Neste sentido, deve a requerente informar a Câmara do preço de venda e condições de pagamento, a não ser que a Câmara delibere que, em caso algum, pretende exercer esse direito.-----
-----Por outro lado, nos termos do artigo dez a construção deve estar concluída no prazo de um ano e não sendo cumprido esse prazo é devido à Câmara o pagamento de uma "mais valia" de cinquenta por cento se tiverem passados mais de dois anos, sobre a data de aquisição. Todavia no caso, já estão passados mais de três anos, pelo que, nos termos do parágrafo único do artigo dez, a Câmara deve exercer o direito de reversão, tal como previsto no artigo nove. Apenas assim não será se tiver sido contraído empréstimo.-----
-----No caso, existe uma hipoteca legal a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e um penhor que, nos termos legais, gozam de preferência sobre todos os demais credores e que podem ser equiparados à situação do parágrafo terceiro do artigo dez.-----
-----Assim e em conclusão:-----
-----A alienação do direito de superfície carece de autorização da Câmara;-----
-----A Câmara tem direito de preferência na alienação;-----
-----Não foram transmitidas as condições de alienação o que não permite à Câmara exercer o seu direito;-----
-----A interessada deve comunicar as condições da alienação, salvo se a Câmara, desde já, decidir não exercer o direito de preferência.-----

-----Poder-se-à equiparar a existência de hipoteca legal e penhor à hipoteca voluntária prevista no Regulamento com a condição de não exercício do dever de reversão.-----

-----Não havendo reversão, e estando decorridos mais de dois anos, é devida mais valia de cinquenta por cento."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, perguntou ao Senhor Presidente se uma decisão favorável da Câmara cumpriria com o Regulamento em vigor, ao que foi respondido pelo Senhor Presidente positivamente.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade e de acordo com o Regulamento da Câmara, não usar o direito de preferência e aplicar a mais-valia de cinquenta por cento.-----

-----REPARTIÇÃO DE CUSTOS DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS NO ANO DOIS MIL E DEZ - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Conjugando os números um e seis do artigo vinte e dois do D.L. cento e noventa e sete de noventa e nove de oito de Junho, proponho que seja aprovado e posteriormente remetida à Assembleia Municipal a nova repartição de encargos da obra: Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, com base no seguinte:-----

-----Considerando que aquando da elaboração do P.P.I. barra dois mil e nove se previa um mais célere início da obra em apreço;---

-----Considerando que pela calendarização então prevista, apenas necessitaríamos de inscrever para dois mil e dez a verba de novecentos e trinta e um mil trezentos e cinquenta e seis euros, o que fizemos;-----

-----Considerando que no decurso da conclusão do projecto e do lançamento do concurso da empreitada, houve um deslize temporal;-----

-----Considerando que presentemente e já com valores definidos conseguimos prever com maior exactidão a verba necessária para pagamentos em dois mil e dez, que se verificam com data posterior à execução da obra;-----

-----Considerando que para aposição de visto pelo Tribunal de Contas é necessário esta alteração de verbas para o ano

seguinte;-----
-----Considerando que além do valor necessário para a conclusão da empreitada, é também necessário prever para aquele ano verba para a aquisição de mobiliário, material didáctico e equipamento informático;-----
-----Por tudo isto, proponho que seja aprovado para o ano económico de dois mil e dez a verba de um milhão quinhentos e oitenta e nove mil quinhentos e noventa e seis euros e noventa e um cêntimos, referente à rubrica do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, de acordo com os documentos contabilísticos que se anexam."-----
-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por cinco votos a favor da bancada do PS, o voto contra do Vereador Francisco Maurício e a abstenção do Vereador José Manuel Aranha.-----
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra em consonância com todas as minhas posições relativas a este assunto."-----
-----TROCA DE HABITAÇÃO - O Senhor Presidente apresentou a informação da Técnica Superior, Cláudia Afonso, relativa à habitação social, sita na Avenida Vinte e cinco de Abril, número sete - quarto esquerdo em Almeirim, que a seguir se transcreve: "Pela Sr^a Fernanda Maria Neves Dias, promitente-compradora em regime de propriedade resolúvel do fogo de tipologia t três, (fracção "i") sito na Av. 25 de Abril, número sete quarto esquerdo, em Almeirim, é apresentado um pedido para permuta desse fogo, por outro no mesmo edifício, de tipologia t dois, correspondente ao primeiro andar direito em Almeirim, alegando motivos de saúde de familiar, que tem dificuldades em subir as escadas até ao quarto andar.-----
-----Efectivamente, em nome de Ana Maria Neves Dias, mãe da promitente-compradora, já havia sido apresentado igual pedido, que por deliberação de Câmara de vinte e seis de Agosto de dois mil e nove, foi aprovado por unanimidade.-----
-----Contudo, e considerando-se que o pedido apresentado pela

mãe da titular do contrato de propriedade resolúvel sofre de ilegitimidade, vem agora a legítima interessada apresentar novamente o pedido.-----

-----Assim, deixa-se à consideração superior a decisão de manter válida a deliberação de Câmara de vinte e seis de Agosto de dois mil e nove mas considerando o pedido agora apresentado em nome da promitente-compradora, ou então de submeter novamente o pedido a deliberação Camarária."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade manter válida a deliberação de vinte e seis de Agosto de dois mil e nove, com a rectificação do nome da promitente-compradora.-----

-----ESTUDO DE ÁREA DE ANEXOS - O Senhor Presidente apresentou a proposta para elaboração do estudo de área de anexos pedido por António Paulo Carvalho e apresentou a seguinte proposta: "

-----Considerando a informação interna do Técnico, Arquitecto Artur Sampaio que abaixo de transcreve.-----

-----Proponho que seja mandada elaborar alteração no Plano Pormenor da Zona Norte no sentido de ser permitida a ampliação da área de anexos do Lote numero noventa e oito até ao máximo de oitenta metros quadrados."-----

-----Acompanha a proposta, informação do Técnico da Divisão de Habitação e Urbanismo que a seguir se transcreve: "Sexta alteração ao Plano de Pormenor da Zona Hr B - Zona Norte.-----

----Na alteração anterior a esta PMOT (quinta alteração) já publicada em Diário da Republica e depositada na DGOTDU, foi implementada uma alteração ao lote numero noventa e oito propriedade do munícipe Exmo Senhor António Paulo Carvalho da qual se transcreve a parte específica do Relatório.-----

-----a) O proprietário do lote numero noventa e oito adquiriu por doação dos seus pais uma parcela de terreno com a área de trezentos e sessenta e nove virgula vinte cinco metros quadrados proveniente da parcela confinante a sul assinalada a vermelho na Planta de Implantação e localizada fora da área de intervenção do Plano de Pormenor.-----

-----b) Pretende ampliar a área do lote numero noventa e oito de

quinhentos metros quadrados para novecentos e vinte e um virgula vinte cinco metros quadrados (trezentos e sessenta e nove virgula vinte e cinco metros quadrados), com intenção exclusiva de ampliação do logradouro.-----

-----c) Para que a área do lote numero noventa e oito seja ampliada é necessário ampliar o limite da área de intervenção do Plano de Pormenor acrescentando-lhe os trezentos e sessenta e nove virgula vinte cinco metros quadrados que foram retirados da parcela confinante através da escritura de doação anexa.-----

-----d) As áreas de implantação e construção definidas para este lote em Plano de Pormenor não sofrem qualquer alteração.-----

-----Vem este munícipe agora solicitar a ampliação para o dobro da área destinada a anexos(de oitenta para cento e sessenta metros quadrados) o que obriga a nova alteração do Plano de Pormenor.-----

-----Segundo me foi esclarecido pelo Exmo Senhor António Paulo Carvalho terá já posto à Vossa consideração o assunto que terá merecido a Vossa concordância.-----

-----Necessito no entanto de uma deliberação da Câmara Municipal para elaborar a alteração por adaptação de acordo com a alínea d) do artigo noventa e sete do decreto de lei quarenta e seis de dois mil e nove de vinte de Fevereiro, uma vez que se trata de um pequeno ajustamento de áreas com uma variação total da área de construção inicialmente prevista no Plano inferior a três por cento."-----

-----O assunto volta para discussão numa próxima reunião.-----

-----ACTA - Foi informado pela Secretária da Reunião que a acta de dezanove de Outubro de dois mil e nove já se encontra aprovada pelo anterior Executivo. Conforme ficou acordado na referida reunião, depois da Secretária ter elaborado a respectiva acta, a mesma foi submetida à consideração dos Autarcas, através de protocolo, tendo os respectivos elementos aprovado a mesma.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às treze horas e dez minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administra desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa
